

# Incentivos fiscais estão por trás da destruição da Amazônia

do Financial Times

Algumas horas depois que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) declarou, na semana passada, que aproximadamente 33 mil quilômetros quadrados de florestas e matas tinham sido destruídos pelo fogo nos dois últimos meses, a cifra foi contestada pela agência governamental para o meio ambiente, o Ibama. Uma vez mais o grande debate sobre a preservação da Amazônia ficou submerso em controvérsias estatísticas.

Cada vez mais, porém, os grupos ecológicos e agências internacionais como o Banco Mundial estão afirmando que a questão central não deveria ser a extensão de floresta que está sendo destruída mas sim incentivos financeiros que estão por trás da destruição.

## *US\$ 1,5 bilhão em subsídios nas últimas duas décadas*

Durante duas décadas, os governos brasileiros — frequentemente apoiados por agências internacionais para o desenvolvimento — bombearam aproximadamente US\$ 1,5 bilhão em subsídios, isenções fiscais e outros incentivos para projetos de desenvolvimento na região, muitos deles de duvidosas implicações ecológicas.

Então, em abril deste ano, surgiu uma inversão simbólica quando o governo suspendeu por tempo indeterminado o apoio finan-

ceiro à atividade pecuária em "regiões florestais densas" e introduziu controles ambientais mais rígidos sobre a indústria.

Mas o conjunto da política creditícia e fiscal do governo continua sancionando a destruição das florestas. Anos de acesso fácil ao dinheiro público produziram uma combinação de interesses empresariais, políticos e até mesmo criminosos, que se opõem vigorosamente às mudanças.

Os incentivos permanecem com todo vigor no Nordeste do Brasil e na Amazônia onde a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) está distribuindo US\$ 70 milhões em incentivos fiscais para empresas privadas neste ano.

Um recente guia de investimentos afirma que "em termos fiscais (a Amazônia) é uma das regiões geográficas que oferece as maiores vantagens às empresas". Qualquer companhia pode deduzir 25% de seus impostos e colocar esta verba diretamente em seus próprios projetos de mineração, industriais ou agrícolas aprovados pela Sudam ou canalizar os créditos para um fundo administrado pela Sudam. Os incentivos fiscais podem financiar até 50% de um projeto, que fica isento de impostos por dez anos.

A Sudam está para de concluir sua maior subvenção a Olacyr de Moraes, grande empresário paulista. Ela vai lhe proporcionar US\$ 640 milhões em créditos fiscais para construir uma ferrovia de US\$ 2,5 bilhões, ligando Mato Grosso, nas margens da Amazônia, ao sul do Brasil, percorrendo uma distância de 1.600 quilômetros.

A agência está acelerando, através de subvenções, a construção de 21 usinas

de manganês e ferro fundido movidas a carvão, altamente controversas, no sul do Pará. Estas usinas vão derrubar de 90 mil a 200 mil hectares de floresta por ano para transformar as árvores em carvão. As companhias deverão formar plantações de eucaliptos para proporcionar uma fonte de energia alternativa. Entretanto, é duvidoso que as usinas sejam lucrativas uma vez derrubada a floresta circundante.

## *Legislação considera terra não desmatada como improdutiva*

Representantes do Banco Mundial dizem que a política agrícola é ainda mais danosa. A renda agrícola é pouco taxada no Brasil e, por isso, a propriedade agrária tem sido uma proteção contra o pagamento de impostos para as corporações e as pessoas ricas. Em nenhuma outra parte a terra é mais barata e mais dádiosa do que na Amazônia. A especulação faz os preços subirem. Ironicamente, os fazendeiros destroem a floresta porque a legislação anti-especulação considera a terra não desmatada como "improdutiva" e portanto passível de impostos mais altos.

A maioria das corporações industriais está preferindo investir seus créditos fiscais em fazendas de criação de gado. A Sudam distribuiu perto de US\$ 700 milhões a US\$ 1 bilhão em créditos fiscais para fazendas de criação, de grandes corporações, que são es-

pantosamente destruídas.

Perto de 8 milhões de hectares de floresta foram derrubados para estas fazendas, que são rapidamente tomadas pelo capim e plantações secundárias. As fazendas só permanecem viáveis enquanto o dinheiro dos impostos continuar fluindo. O governo descobriu que muitas delas estavam sendo exploradas apenas por conta dos benefícios fiscais.

O governo gastou pesadamente em projetos de infra-estrutura para atrair investimentos em mineração. Por exemplo, a usina hidrelétrica de Tucuruí, na região oriental da Amazônia, vende 40% de sua energia subsidiada a empresas de alumínio. Entretanto, o governo só manifestou interesse em impôr controles ambientais há pouco tempo.

A nova política exige que as companhias que queiram obter a concessão para uma exploração mineira apresentem estudos sobre o impacto ambiental. Elas terão que restaurar a floresta quando tiverem terminado a extração mineral.

O Brasil está reconhecendo atualmente que deve encorajar politicamente a exploração ecologicamente viável dos recursos da floresta. No Acre, na parte ocidental extrema da Amazônia, o governo criou reservas onde camponeses colhem castanha-do-Pará e retiram o látex da borracha. Estas reservas eram defendidas por Chico Mendes, o líder seringueiro assassinado em dezembro último. Tornando o desenvolvimento em pequena escala e com baixa tecnologia uma questão internacional, Chico Mendes conseguiu mais com sua morte do que em seus anos de obscura agitação.